

DIGA ~
NÃO
À REFORMA
ADMINISTRATIVA



"A Reforma Administrativa será a morte do funcionalismo e dos serviços públicos"

*Deputado estadual Betão (PT)
Comissão do Trabalho, da Previdência
e da Assistência Social*

PEC 32

é a morte dos serviços públicos e das estatais

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 integra o plano de Bolsonaro e de sua equipe econômica de “enxugar” e desmontar os serviços públicos. Não basta falar em privatização, o atual governo quer acabar com os bens públicos, retirando ainda mais direitos dos trabalhadores.

A MÁQUINA PÚBLICA ESTÁ INCHADA? É PRECISO ENXUGAR?

Não se engane, o que Bolsonaro e Paulo Guedes querem é que você acredite que é necessário desmobilizar a carreira pública. Para isso, eles criaram uma historinha, por meio de um plano chamado Plano Mais Brasil.

Mas na verdade, o Raio-x do funcionalismo público mostra que a PEC 32, mais uma vez, vai atingir aos mais pobres e com baixos salários, já que cerca de 54% dos servidores públicos, em todas as esferas, são remunerados em até 4 salários mínimos.

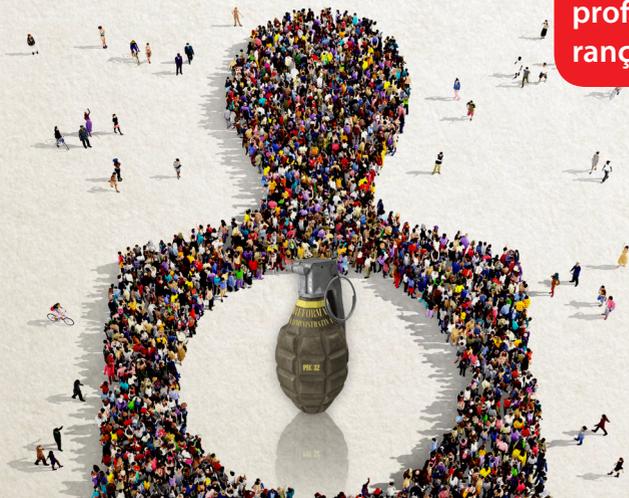
E o que a equipe econômica de Bolsonaro considera privilégio, não faz parte dos salários dos 96,7% dos servidores.

De acordo com o IBGE, dos cerca de 10,7 milhões de servidores públicos civis ativos, quase 6 milhões (62,4%) são municipais e 3 milhões, estaduais (30,8%); o restante são servidores federais, cerca de 1 milhão (6,8%).

Ou seja, a reforma administrativa vai atingir diretamente professores e professoras, áreas de saúde e segurança, que tem menores salários.

DIGA
NÃO
À REFORMA
ADMINISTRATIVA

PT **Betão**
Deputado Estadual



PLANO MAIS BRASIL



Esse plano, na verdade, é uma bomba. Um pacote inteiro de maldades para aniquilar a carreira e os serviços públicos.

Além da **PEC 32** ele prevê também:

PEC 186: para redução de 25% dos salários dos servidores públicos.

PEC 187: extingue 248 fundos públicos para “pagamento e amortização da dívida pública”

PEC 188: imposição definitiva da Emenda Constitucional 95, que impõe o teto de gastos e retira bilhões da saúde, da educação e da assistência social

Mas para resistir contra a reforma administrativa é preciso conhecer como ela será prejudicial a todos:



O que ela retira do servidor (a)?

☛ **Fim da licença-prêmio**, dos aumentos retroativos (ainda que resultado de negociação entre entidades representativas dos servidores e a administração pública)

☛ **Férias superiores a 30 dias/ano, incluindo recesso**

☛ **Adicional por tempo de serviço, incorporações salariais ou qualquer outro tipo de progressão por tempo como servidor.**

☛ **Determina a aposentadoria compulsória como punição**

☛ **Parcelas indenizatórias** como direito do servidor ficam **sem previsão legal**

☛ **Adicional ou indenização por substituição não efetiva**

☛ **Redução de jornada com redução de remuneração**, salvo por saúde, respaldado em lei

☛ **Deixa de realizar novos concursos públicos**

O QUE MUDA COM A PEC DA DESTRUIÇÃO PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL?

Fim da estabilidade dos concursados:

Hoje, para um servidor público deixar a função, ele tem que pedir exoneração, ou ser exonerado. Em caso de infração grave ou qualquer outro tipo de crime, ele além de exonerado, pode ser preso.

O que Bolsonaro propõe:

Pelo artigo 41 da PEC, há possibilidade da perda do cargo público por decisão colegiada, sem ser necessário trânsito em julgado. Isso é um ataque direto à estabilidade e abre margem para a perseguição dos trabalhadores.

Extinção de órgãos sem consulta ao Legislativo

Artigo 84 permitirá a alteração, por decreto, das atribuições e dos cargos dos servidores.

O que isso muda na prática?

O governo terá carta branca para, por exemplo, interferir na autonomia das universidades públicas e ainda extinguir autarquias e órgãos fundamentais.



Enfraquecimento do Poder Legislativo

Com o caput do artigo 41, avaliação dos servidores e órgãos será regulamentar por meio de Medida Provisória

O que isso representa?

Retira do poder Legislativo a autonomia para avaliação dos servidores e concentra essa função na mão do presidente, o que pode aumentar os casos de perseguição e injustiça no poder público.

-- ✂ Livre nomeação de cargos que antes eram concursados:

Com o artigo 4 da PEC 32, fica permitido a livre nomeação para cargos técnicos de chefia, os chamados cargos comissionados. Isso, além de retirar direitos dos trabalhadores de carreira, também abre brecha para o apadrinhamento de pessoas sem competência técnica.

-- ✂ Retira atribuições do poder Legislativo e gera instabilidade

Pelo art .10, II, " b ", da PEC 32 **retira da Constituição o dispositivo que cria e mantém as escolas do poder Legislativo**. Esses órgãos, além de permitir a capacitação profissional, prestam serviços à comunidade. Com isso, elas podem ser simplesmente extintas.

-- ✂ Limbo jurídico para os servidores

O caput do artigo 2º da PEC **cria um regime jurídico específico, contrário ao atual Regime Jurídico Único**. O resultado é que os servidores não saberão como será feito o processo jurídico, já que o governo sugere a elaboração de leis complementares, mas até o momento não foi apresentado o modelo de transição.

-- ✂ Desmonte total de um regime de Previdência já atacado

Com o art. 9º da PEC 32 e o artigo 40 - a , II, **será dada uma "nova" redação ao texto com a retirada de recurso do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos. Com isso, abre possibilidade do aumento da alíquota e também a redução dos aderentes.**

Vale lembrar que em 2019, já houve um grande ataque com a reforma da Previdência de Bolsonaro. Se a PEC 32 passar, cerca de 10 milhões de contribuintes, que representam 12,5% dos trabalhadores do país, serão ainda mais penalizados.

SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS SERÃO ATINGIDOS?

SIM

Não somente os novos servidores ficarão prejudicados por essa reforma de Bolsonaro e Guedes. A reforma também atinge os atuais servidores, os aposentados e os pensionistas, já que, inclusive, mexe com o atual regime previdenciário.

Com a alegação de uniformização en-

tre os poderes e esferas, são muitos os benefícios que não serão mais concedidos aos servidores públicos.

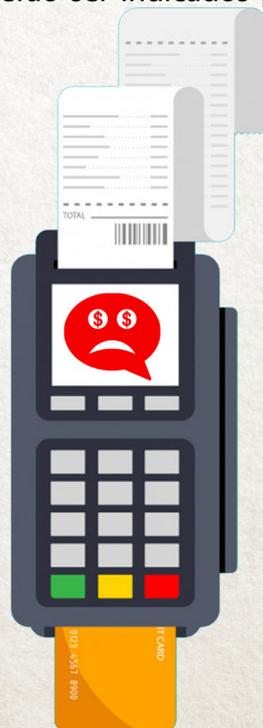
Apenas os benefícios concedidos até 31 de agosto de 2020 poderão ser mantidos, mas com a restrição de progressão, como por exemplo, nos adicionais por tempo de serviço.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA VÃO SE TORNAR MERCADORIA

Você já imaginou se os serviços essenciais ao povo brasileiros fossem pagos? Se Saúde e Educação, por exemplo, estivessem exclusivamente nas mãos da iniciativa privada? Pois bem, é isso que a reforma administrativa de Bolsonaro e Guedes pretende.

Atendimentos universais em hospitais e Unidades Básicas de Saúde do SUS e o direito à escola pública e gratuita ficariam prejudicados de maneira brutal com mais essa “deforma”. Assim, centenas de milhões de brasileiros que dependem exclusivamente dos serviços públicos de saúde e educação, por exemplo, as escolas, hospitais, serviços previdenciários, atendimento básico de saúde, teriam que pagar.

Também pelo texto da PEC 32, esses atendimentos serão amplamente afetados, ao passo que cargos estratégicos e com exigência de capacitação e formação, poderão ser indicados por políticos.



“SUBSIDIARIEDADE”?

A ideia central da proposta se apoia no conceito de subsidiariedade, ou seja, os **entes públicos do Brasil poderiam ser transformados em meros subsidiários, coadjuvantes do setor privado.**

Assim, o Estado poderá atuar somente nos espaços em que a iniciativa privada julgasse conveniente a ela.

Ou seja, o Estado ocuparia os “restos” onde não fosse vista a possibilidade de lucro pelos reais donos do dinheiro.

Que fique claro: a Reforma Administrativa vem para atender aos interesses de banqueiros, donos de escolas privadas e empresários da área da saúde.

Quem vai pagar mais essa conta, é claro, é o cidadão.



O SERVIÇO PÚBLICO PRECISA SER REFORMADO?

O que os serviços públicos como saúde, educação e segurança precisam é que os governos passem a cumprir o mínimo constitucional em investimentos e que realizem concursos de acordo com a demanda de cada área.

NÃO

Se cortar, retirar ainda mais direitos e sucatear a carreira pública, o funcionamento de serviços básicos no Brasil será aniquilado.

Por isso, é hora de fortalecer e não de desmembrar as empresas e o trabalho dos servidores públicos!

Reforma Administrativa, não!



Expediente

Rua Rodrigues Caldas, 79 - Edifício Tiradentes - 22º andar - sala 2
Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG - CEP 30193120
Telefone: (31) 2108-5050 - dep.betao@almg.gov.br
Tiragem: 5.000 unidades

www.nalutacombetao.com.br

Betão
Deputado Estadual

